



FATORES PSICOSSOCIAIS NA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A CRIANÇA

Luiza Santolin¹, Maria Livien Kubaski², Jeferson de Souza Sá³, Rute Grossi-Milani⁴

¹Acadêmica do curso de Medicina, UNICESUMAR, Campus Maringá-PR, bolsista PIBIC/CNPq -Unicesumar. lusantolin10@gmail.com

²Acadêmica do curso de Medicina, UNICESUMAR, Campus Maringá-PR, bolsista PIBIC/CNPq -Unicesumar. marialivien@hotmail.com

³Co-orientador, Psicólogo, Mestre e Doutor em Promoção da Saúde pela UNICESUMAR e Docente no Centro Universitário UniFatecie. jefersonsouzasa@gmail.com

⁴Orientadora, Doutora, Programas de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Tecnologias Limpas, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI. Campus Maringá/PR, Universidade Cesumar – UniCesumar. rute.milani@docentes.unicesumar.edu.br

RESUMO

O estudo contempla os principais fatores envolvidos na violência intrafamiliar, as consequências e as formas de combate e a efetividade do sistema de notificação. A pesquisa foi realizada utilizando bases de dados online da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio de descritores violência infantil, maus tratos, violência doméstica e negligência infantil. Foram analisados 101 artigos, destes, 51 selecionados e 50 excluídos, divididos em cinco categorias: características epidemiológicas (14 artigos), fatores determinantes (14 artigos), consequências da violência intrafamiliar (sete artigos), métodos de identificação e prevenção da violência (oito artigos), formas de avaliar a efetividade do sistema de notificação (sete artigos). A análise dos artigos identificou a negligência como principal forma de violência intrafamiliar contra crianças, sendo mais prevalente no sexo masculino, e o agressor, os pais. Ainda evidenciou que fatores socioeconômicos e culturais estão relacionados a maiores riscos de agressão. Em relação às consequências, os problemas mentais são predominantes. Sobre as formas de enfrentamento, nota-se a falta de treinamento ou comprometimento dos profissionais com o sistema de proteção da vítima. Conclui-se que o contexto da violência intrafamiliar representa um problema de saúde pública, com necessidade de maiores informações e treinamentos para os profissionais da área da saúde, a fim de melhorar a efetividade do sistema de notificação e do atendimento às vítimas, para assim, minimizar os impactos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Maus-Tratos Infantis; Saúde Mental; Violência Doméstica.

1 INTRODUÇÃO

A violência intrafamiliar pode se manifestar de forma física, psicológica, sexual, abandono, exploração ou negligência. No Brasil, de acordo com o SINAN, em 2011 foram relatadas 39.281 consultas médicas em que houveram casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Dessa forma, há a necessidade de desenvolver estudos que promovam uma maior identificação e conscientização tanto pública quanto profissional em relação a esta temática. (SANTOS et al., 2021).

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no primeiro semestre de 2021, o número de denúncias relacionadas à violência foi de 50,1 mil, sendo que 81% dos casos, aconteceram dentro do contexto familiar. Dessa maneira, o convívio das crianças com os agressores se torna um dos principais fatores de risco para a violência infantil. Ademais, acredita-se que haja subnotificação dos casos durante o período de distanciamento social e o fechamento das escolas e creches, devido à pandemia (LEVANDOWSKI et al., 2021).

As experiências vividas na infância, no contexto de um estresse agudo, desencadeiam efeitos negativos, causando potenciais danos à saúde, ao bem estar e até repercussões na vida adulta (ANDRADE et al., 2022).



Diante do exposto, busca-se com esta pesquisa aprofundar os conhecimentos em relação às principais psicopatologias desencadeadas por crianças e adolescentes expostas à situações de violência, dada a escassez de profissionais psiquiatras especializados na infância no Brasil. Além disso, pretende-se estabelecer epidemiologicamente quais são os sujeitos mais afetados em relação a cada tipo específico de violência e suas principais manifestações frente ao cenário, para que haja uma percepção precoce e se possa intervir de modo a notificar e prevenir novos agravos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é uma revisão integrativa da literatura sendo realizada a partir das bases de dados online da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *PubMed*, *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*. Para determinar as publicações relevantes acerca do assunto foi utilizada a pergunta norteadora: Quais são os fatores associados na violência intrafamiliar infantil, suas principais consequências e as formas de combate?. Além disso, foram utilizados os descritores violência doméstica, violência infantil, maus-tratos e negligência contra crianças. Ainda, alguns critérios de inclusão foram utilizados: estudos observacionais, descritivos, revisões sistemáticas, estudo de caso, cenário nacional e internacional, publicação nos diferentes idiomas, no período de 2015 a 2021, idade entre 8 e 12 anos, com textos disponíveis na íntegra. Foram excluídas monografias, teses e dissertações, aqueles com idioma diferente do português, inglês ou espanhol e tal qual os que estavam fora do tema em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram previamente selecionados 101 artigos, destes 51 foram incluídos na pesquisa e 50 excluídos, obedecendo os critérios de inclusão e exclusão. Os 51 artigos selecionados foram divididos em cinco categorias: características epidemiológicas (14 artigos), fatores determinantes (14 artigos), consequências da violência intrafamiliar (sete artigos), métodos de identificação e prevenção da violência (oito artigos), formas de avaliar a efetividade do sistema de notificação (sete artigos). Desses, quatro estudos são internacionais, dois referentes ao contexto na Argentina, um em Bogotá e um em Cuba. No panorama nacional, a maior concentração de estudos se encontra nas regiões Sul e Sudeste, mas há estudos da região Norte e Nordeste.

O objetivo deste estudo foi averiguar os fatores psicossociais envolvidos na violência praticada contra crianças. Dessa forma, no Amazonas, a principal forma de violência é a sexual com a maioria das vítimas do sexo feminino (OLIVEIRA et al., 2020). Em um município de Porto Alegre (RS), a forma mais prevalente de violência no contexto familiar foi a negligência, afetando de forma mais predominante o sexo masculino (FIGUEIREDO et al., 2022).

A vulnerabilidade social, o desemprego, as questões culturais contribuem para a origem da violência. Além disso, situações conflituosas no passado e a experiência vivenciada pelos agressores auxiliam na perpetuação do processo violento (PLATT et al., 2018). Ainda, é possível associar o consumo de álcool e drogas como fator causal das agressões no contexto familiar (ZORZA et al., 2018).

No que se refere ao contexto das consequências, a negligência emocional é apontada como a principal causa de distúrbios alimentares, resultando em consumo excessivo de industrializados. Consequentemente, promove maiores índices de sobrepeso e obesidade (COELHO et al., 2021).



Referente aos danos à saúde mental, os problemas mais frequentes associados à violência intrafamiliar contra crianças são a depressão, a ansiedade, os transtornos de conduta, o comportamento autodestrutivo, a ideação suicida (DE MATOS, PINTO e PEREIRA, 2018; GIORDANI, LIMA E TRENTINI, 2020). Ainda, a principal consequência relacionada a violência sexual é a gravidez precoce e indesejada, afetando diretamente o sexo feminino (LIRA et al., 2017).

Em relação às formas de prevenir a violência doméstica contra crianças, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) menciona que a notificação de suspeita ou confirmação de violência é obrigatória, e todo município apresenta uma rede para atendimento e proteção das vítimas. Ainda, a efetividade do sistema envolve os serviços de assistência social, de saúde, educação e direito (EGRY, APOSTOLICO e MORAES, 2018).

No que diz respeito ao reconhecimento e atitude dos profissionais da área da saúde mediante as situações de violência infantil, os estudos mostraram que a maioria não quer envolvimento com os casos, deixando de notificar ou apenas encaminham sem averiguar a efetividade do sistema (SCHEK et al., 2018). Em relação à capacidade dos profissionais, a maioria dos médicos não participou de capacitação sobre o assunto e não possui conhecimento sobre a ficha de notificação (JUNIOR et al., 2017).

Dentre as alternativas apontadas para melhorar a efetividade do sistema, estão as ações socioeducativas direcionadas para a família sobre os direitos das crianças e adolescentes, e ainda o reconhecimento precoce dos sinais e sintomas. Ademais, há necessidade de treinamentos sobre a temática para a melhoria da aptidão dos profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos evidenciou que a principal forma de violência intrafamiliar na infância é a negligência, sendo mais comum em crianças do sexo masculino e com o agressor, uma pessoa conhecida. Em relação à violência sexual, as principais vítimas são crianças do sexo feminino.

Dentre os fatores associados, a pesquisa revelou que as mulheres vítimas de violência tendem a agredir seus filhos, além das questões socioeconômicas e culturais. O uso de álcool e drogas também está relacionado com maior risco de violência. A partir disso, foi possível detectar, em relação às consequências da violência, o risco de desenvolver problemas mentais, transtornos de comportamentos, transtornos de conduta, comportamentos autodestrutivos e suicídio.

Os métodos para prevenção da violência intrafamiliar infantil englobam desde a obrigatoriedade do sistema de notificação até o ambiente da comunidade. Os estudos evidenciaram que o marketing digital possui grande influência, assim como as propagandas e a divulgação sobre as Políticas Públicas mostraram auxiliar na detecção precoce e no reconhecimento. Ainda, mostrou-se necessária a melhor preparação dos profissionais da área da saúde na identificação e suspeita de violência, e maior comprometimento em averiguar o caminho percorrido pela vítima dentro do sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R.; AVANCI, J. Q.; OLIVEIRA, R. C. V. Experiências adversas na infância, características sociodemográficas e sintomas de depressão em adolescentes de um município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, [S. l.], ano 2022, v. 38, n. 6, p. e00269921, 6 jul. 2022. DOI 10.1590/0102-311XPT269921. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/V7mdBSWV4BqcKK9FPP8NqXS/>. Acesso em: 27 jun. 2023.



COELHO, L. S. V. A.; SOARES, S. G.; CARVALHO, G. D.; OLIVEIRA, V. J.; BELO, V. S.; ROMANO, M. C. C. Associação entre Violência na Infância e Aumento do Índice de Massa Corporal entre Adolescentes. Texto contexto - **enferm.**, [S. l.], ano 2021, v. 30, p. e20200201, 3 jul. 2020. DOI 10.1590/1980-265X-TCE-2020-0201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/JjCctTw4KmKJyyWGsZDNTfH/?lang=pt#>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DE MATOS, K. J. N.; PINTO, F. J. M.; PEREIRA, A. C. S. Violência sexual na infância associa-se a qualidade de vida inferior em universitários. **J. bras. psiquiatria.**, Rio de Janeiro, ano 2018, v. 67, n. 1, p. 10-17, mar. 2018. DOI 10.1590/0047-2085000000178. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/FtyccWrQwgCdMtKbVWJZ9NC/?lang=pt#>. Acesso em: 27 jun. 2023.

EGRY, E. Y.; APOSTOLICO, M. R.; MORAIS, T. C. P. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Ciênc. saúde colet.**, [S. l.], ano 2018, v. 23, n. 1, p. 83-92, 1 jan. 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.22062017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/f8d5HrVPXxxTHD33PJQJV4B/#>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FIGUEIREDO, M. C.; BASSÔA, M. P. G.; POTRICH, A. R. V.; GOUVÊA, D. B. Prevalência da Violência Contra Crianças, Adolescentes, Mulheres e Idosos no Município de Porto Alegre entre 2017 a 2019. **Revista Baiana de Saúde Pública**, [S. l.], ano 2021, v. 45, n. 1, p. 166-183, 5 ago. 2022. DOI <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2021.v45.n1.a3377>. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3377>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GIORDANI, J. P.; LIMA, C. P.; TRENTINI, C. M. Adversidades na Infância: Associação a Fatores Protetivos e Sintomas Internalizantes na Adulter. **Estudo e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 2020, v. 20, n. 3, p. 899-918, 10 jun. 2020. DOI 10.12957/epp.2020.54356. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/54356>. Acesso em: 27 jun. 2023.

JUNIOR, G. B. S.; ROLIM, A. C. A.; MOREIRA, G. A. R.; CORREA, C. A. S.; VIEIRA, L. J. E. S. Identificação e Notificação de Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes por Médicos de Família no Ceará. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, ano 2017, v. 15, n. 2, p. 469-484, 13 mar. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00058>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/d7b7QZkbGDWGB8Gst3hvmhs/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

LEVANDOWSKI, M. L.; STAHNKE, D. N.; MUNHOZ, T. N.; HOHENDORFF, J. V.; SILVA, R. S. Impacto do Distanciamento Social nas Notificações de Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Sul, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, [S. l.], ano 2021, v. 37, n. 1, p. e00140020, 11 jan. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311X00140020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/w9xDc35gk53mDz9MrX4nFfr/#>. Acesso em: 27 jun. 2023.

LIRA, M. O. S. C.; RODRIGUES, V. P.; RODRIGUES, A. D.; COUTO, T. M.; GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F. Abuso sexual na Infância e suas Repercussões na Vida Adulta. Texto contexto - **enferm.**, [S. l.], ano 2017, v. 26, n. 3, p. :e0080016, 1 mar. 2017. DOI 10.1590/0104-07072017000080016. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/tce/a/Fq8Cg6F7bcbZRNhxFqKTMTR/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

OLIVEIRA, N. F.; DE MORAES, C. L.; JUNGER, W. L.; REICHENHEIM, M. E. Violência Contra Crianças e Adolescentes em Manaus, Amazonas: Estudo Descritivo dos Casos e Análise da Completude das Fichas de Notificação, 2009-2016. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, ano 2020, v. 29, n. 1, p. e2018438, 6 abr. 2020. DOI <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/Bn7BXPdTchdZzKHt4bZRYnQ/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PLATT, V. B.; BACK, I. C.; HAUSCHILD, D. B.; GUEDERT, J. M. Violência Sexual Contra Crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciênc. saúde colet.**, [S. l.], ano 2018, v. 23, n. 4, p. 1-18, abr. 2018. DOI 10.1590/1413-81232018234.11362016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hTR8wBZKQNrYLM4HB6p849c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023

SANTOS, J. L. F.; FONSECA, P. N.; SOUZA FILHO, J. F.; SILVA, P. G. N.; COUTO, R. N. Violência intrafamiliar: adaptação brasileira e evidências psicométricas da Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil. **PSICOLOGIA SOCIAL E ORGANIZACIONAL** |, [s. l.], v. 38, p. e200083, 2 jul. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e200083>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4GsYgSpskgJpnK5fvSNymSv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SCHEK, G.; SILVA, M. R. S.; LACHARITE, C.; VAZ, M. R. C.; BUENO, M. E. N.; VENTURA, J. Práticas Profissionais que Silenciam a Violência Intrafamiliar contra Crianças. Texto contexto - **enferm.**, [S. l.], ano 2018, v. 27, n. 1, p. e1680016, jan. 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-07072018001680016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/t6TpgBK4R3yVhp4VTnndN6S/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ZORZA, Y. B.; GUERRERO, C. E.; SASTOQUE, A. M. C.; GARCIA, K. P. R.; SANCHEZ, J. D. B.; BERNAL, A. S. L.; RIVAZ, D. M.; LOPEZ, J. V. R. Percepción de violencia desde escolares de dos instituciones educativas de la localidad de Kennedy, Bogotá. **Rev. salud pública**, [S. l.], ano 2018, v. 20, n. 4, p. 438-444, ago. 2018. DOI 10.15446/rsap.V20n4.61085. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsap/2018.v20n4/438-444/#>. Acesso em: 27 jun. 2023